



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

CONSELHO DE MINISTROS

SUMÚLA DE 4 DE MARÇO DE 1975

Fundação Cuidar o Futuro

Presentes todos os Ministros, com exceção dos Ministros dos Negócios Estrangeiros, substituído pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, e dos Assuntos Sociais, substituída pelo Secretário de Estado da Saúde.

Presentes ainda em parte da reunião os Secretários de Estado da Justiça, do Ensino Superior e Investigação Científica, da Agricultura e Subsecretário de Estado do Ambiente.

ORDEM DO DIA

1. Apreciação das Sumúlas de 30 de Janeiro e de 3 de Fevereiro.



1.1.1. A Sumúla de 30 de Janeiro foi aprovada com as seguintes alterações:

na. pag. 10, linha 12, onde se lê

"exiguidade das comissões"

deve ler-se

"exiguidade de meios das comissões";

na pag. 11, a seguir à linha 11,

deverá acrescentar-se:

"A proposta foi, não obstante, aprovada".

na. pag. 15, linha 1 e seguintes

deverá ler-se:

"acha que é a própria independência do funcionalismo que está em causa. Este tem que ter inclusivamente e necessariamente liberdade de expressão a consagrar num estatuto geral.

Problema completamente diferente e que interessa distinguir nitidamente é o dos lugares de confiança política"

1.2. A Sumúla de 3 de Fevereiro foi aprovada.



2. Apreciação da proposta da DGSI relativa à expropriação por utilidade pública de imóveis necessários às instalações da AGFA.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente pensa que a solução para este caso seria a construção das instalações situadas no terreno cuja expropriação se propõe em outro local, a escolher pela Câmara Municipal de Coimbra em ligação com o seu proprietário. ,

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Economia não sabe se a Câmara de Coimbra encontrará um terreno onde seja possível construir estas instalações. Além disso, pensa que isso seria criar um regime especial para esta expropriação. Saliou ainda que convinha não atrazar a resolução deste caso, pois a nova unidade empregará muito pessoal que está a ser formado pelo Fundo de Desenvolvimento da Mão de Obra e se trata de uma indústria nova para o País.

O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica informou que a Câmara de Coimbra foi muito censurada por ter posto entaves a este empreendimento.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-4-

O Ministro Álvaro Cunhal acha que uma coisa é a necessidade de levar o efeito, a instalação industrial, outra a de ter em conta a reacção que pode provocar não se atender aos interesses dos camponeses. Para mais, não há muitas iniciativas para a exploração de gado. O proprietário da pecuária em causa parece ser empreendedor. Pensa que se deveria encontrar um sistema de compensação que não aparecesse como expropriação total.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado da Justiça referiu que o problema é se se decreta a expropriação por interesse público ou não. A fixação da indemnização tem de ser feita com base na negociação e através dos mecanismos legais e já não compete ao Conselho de Ministros.

A proposta apresentada pelo Ministro da Economia foi aprovada por maioria.

3. Revisão da legislação sobre expropriações.

A propósito deste ponto, o Ministro Magalhães Mota referiu que talvez conviesse alterar a legislação sobre expropriação, pois o critério do valor real é indefinido, e em matéria de expropriação



para fins de utilidade pública mas de interesse particular tem-se verificado que muitas vezes os terrenos são valorizados abaixo do seu valor real.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente acha pertinente a proposta do Ministro Magalhães Mota, porque tem experiência de que, na realidade, as avaliações têm risco de ser feitas por subvalorização.

Os Ministérios da Justiça, do Equipamento Social e do Ambiente e da Economia farão a revisão da legislação sobre expropriações, tendo o Secretário de Estado da Justiça referido que também interessa rever o problema das mais-valias.

4. LNEC e FFH

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu o problema de ordem geral - sindicalização dos serviços públicos, sobre o qual não há legislação, pelo que se estão a fazer movimentos das formas mais variadas.

Descreveu a situação do Fundo de Fomento da Habitação, onde a comissão pró-sindical provocou uma reunião nas horas de serviço, foram apresentadas acusações ao Presidente, que



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETÓ
-6

ele desfez facilmente excepto quanto a um caso de promoção em que reconheceu ter errado, por má informação.

As propostas foram aprovadas por escassa maioria em votação de braço levantado, e colocados piquetes para impedir a entrada do Presidente nos serviços.

Está nomeada uma comissão do MFA para debate da situação com os trabalhadores.

Quanto ao LNEC, cuja situação consta de um documento que foi distribuído, os próprios dirigentes declararam que só ficarão nas suas funções se as comissões de trabalhadores lhes derem o seu aval (directores de serviço e consta que também chefes de divisão).

A saída de dois elementos foi já sancionada pelo Secretário de Estado, dada a situação aguda que se criou.

Trata-se de um problema de carácter geral, pois em vários serviços públicos se pretende que os elementos directivos tenham o aval das comissões sindicais.

Por isso convém que o Conselho de Ministros tome posição no sentido de que a organização sindical em marcha seja orientada de forma a criar-se uniformidade nos vários serviços.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRET
-7-

Quanto ao FFH, o Ministro Magalhães Mota acha que, em 1º lugar, se impõe a desocupação imediata das instalações. Entende que não se pode admitir piquetes em termos de função pública, e que, portanto, as pessoas que os fazem devem ter processo disciplinar.

Para o pessoal que organizou a reunião, propõe saneamento imediato. Em face da gravidade da situação em causa, não vê outra solução.

O Ministro Melo Antunes perguntou quantos projectos o FFH já fez este ano.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que o FFH está a trabalhar a 70%, quando o ano passado trabalhara a 1% ou 5%. Enumerou as empreitadas adjudicadas, as propostas abertas, os concursos realizados, e referiu que o programa estava feito com todo o rigor, que se trata de um serviço fundamental, que houve a preocupação de arranjar um director capaz, que é uma pessoa notável que está há dois meses no fundo, 8 dias depois de ter entrado tinha o plano de actividades todo elaborado, e agora é injustamente acusado de autoritarismo.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

O Ministro Magalhães Mota informou que uma das acusações é que exige trabalho aos funcionários e pretendia controlá-lo.

O Ministro da Administração Interna disse que, em sua opinião, deviam ser demitidos os proponentes, suspensos os participantes que abandonaram os postos de trabalho, e desocupadas compulsiva e imediatamente as instalações, dadas as implicações futuras extremamente graves da tomada de posição relativamente ao presidente do Fundo.

Quanto às comissões pro-sindicalis, parece-lhe importante que existam interlocutores para que o trabalho a decorrer na Secretaria de Estado da Administração Pública possa ser discutido com os próprios interessados, mas que para isso é preciso saber como aparecem as comissões e se elas são na verdade representativas.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que a comissão do LNEC foi eleita pelos trabalhadores em votação secreta e as decisões são tomadas por votação secreta também.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

No Fundo os factos deram-se como atrás os descreveu. A verdade é que não há regras e em cada serviço as coisas se processam de sua maneira.

O Ministro Álvaro Cunhal chamou a atenção do Conselho para que foi proposta pela Comissão Nacional de Eleições propaganda em horas de serviço, com o que não está de acordo. Pensa que há necessidade de rigor quanto a que não haja interrupções de trabalho. 3

Referiu que a situação explosiva que se criou na banca foi rectificada.

Em relação com a organização sindical, julga que não seria mau proceder a conversações entre os Ministros interessados, sem entrar desde já em contestação frontal dessas estruturas, desconhecendo a situação real que existe em certos sectores.

Quanto à repressão, referiu haver na verdade muitas provocações abertas, feitas a várias organizações sem que a polícia tome medidas.

Acha que deve haver equilíbrio nos vários sectores e nos vários aspectos da vida nacional, para que não se verifique grande repressão relativamente a certo tipo de procedimentos e não relativamente a essas provocações.



Em relação aos conflitos sociais acha, pois, que deve haver equilíbrio e avanço em todas estas frentes, para evitar conflitos que poderiam conduzir a uma situação política muito grave, sobretudo em vésperas de campanha eleitoral. Propôs finalmente uma tentativa conjunta dos partidos nesse sentido.

O Ministro da Administração Interna concorda com o Ministro Álvaro Cunhal quanto a que se deve actuar em todas as frentes.

Atribui a maior relevância ao problema do fundo, porque parece ser um princípio de acção deste tipo no sector público, razão porque é apologista de que se intervenha energicamente, numa acção exemplar que permita intervir nos outros sectores, o que não impede que se procure estabelecer o diálogo.

O Ministro da Justiça também acha que o problema se relaciona com o ambiente geral, devendo ser tomadas medidas para fortalecer a autoridade, embora sem excessos.

Referiu-se também a atitudes provocatórias, estranhando a cobertura que a TV lhes dá e o facto de a GNR dizer que não intervem porque tem ordens nesse sentido.



Trata-se, pois, de um ambiente geral cuja única solução é criar uma legalidade democrática que seja respeitada. Quanto à solução proposta, concorda com o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente.

O Ministro Álvaro Cunhal perguntou se, quanto ao Fundo, não seria melhor esperar o resultado da reunião que o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse estar prevista antes de se tomar uma decisão.

Fundação Cuidar o Futuro
O Ministro Vítor Alves aceita que se espere quanto ao fundo.

O Ministro Magalhães Mota acha que não se pode ignorar a situação.

O Primeiro Ministro lembrou as diligências a que ^{se} está a proceder.

O Ministro Magalhães Mota acha que este ponto posto ao Conselho já está tratado e deve tomar já uma decisão.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-12-

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente concorda que seja decidido hoje, porque os piquetes não podem manter-se.

O Ministro Vitor Alves acha que, quanto aos piquetes, a decisão pode ser tomada imediatamente pelo Ministro da Administração Interna.

Quanto ao mais, convem saber os resultados da reunião.

Quanto ao LNEC, o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente pretende saber se se aceita⁵ ou não a interferência das comissões já implicadas nas decisões sobre nomeação de pessoal, homologações etc.

Pela sua parte, pensa que, se a comissão é representativa, não haverá inconveniente em o Estado aceitar, como consultivos, os seus pareceres, que não homologará se com eles não concordar.

O Ministro da Administração Interna disse ser essa a ideia do despacho que apresentou ao Conselho em reunião anterior.



O Ministro da Economia referiu que há situações de conflito em que são postas pessoas em causa e exigido o seu saneamento, quando nem sequer há queixas nas comissões de saneamento.

O Ministro Vitor Alves propôs que essas comissões dessem os seus pareceres às comissões de saneamento.

O Ministro Melo Antunes acha que a primeira questão que se põe é se se reconhece ou não a existência legal dessas comissões. O Ministro da Administração Interna vai estabelecer novas normas de funcionamento dos serviços públicos, nas quais se prevê organização dos funcionários em sindicatos.

O que parece pretender-se é criar situações de facto que entrarão em conflito com o que na Administração já se está a fazer no sentido de resolver o problema.

Corre-se mais uma vez o perigo de a autoridade do Governo ser posta em causa por iniciativas indisciplinadas dos trabalhadores, que desconhecem pura e simplesmente o trabalho em curso no Ministério da Administração Interna.

Portanto, se se aceita a existência de comissões pro-sindicais na Administração Pública e as suas tomadas de posição, fica-se na situação de ter de aceitar situações criadas que



a prática consagra e podem tomar inoperantes os trabalhos atrás referidos.

Algumas sugestões da proposta são pertinentes, mas não aceita que as comissões já existam de facto. O que pode aceitar é que o MAI provoque a organização de grupos de trabalhadores nos locais de trabalho, para que possam dar efectiva contribuição à elaboração do novo estatuto da função pública.

Não aceita a imposição dos trabalhadores do LNEC ou quaisquer outros da função pública, pois os funcionários públicos, enquanto tais, têm de aceitar disciplinadamente as decisões dos órgãos da Administração Pública.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Vitor Alves, de um ponto de vista realista, pergunta se não se terá deixado já adiantar demasiado o processo e não se irá assim criar uma situação difícil.

A Intersindical também não estava legalizada e existia.

O Ministro da Administração Interna referiu que até agora não houve qualquer contacto com a Secretaria de Estado, apesar da divulgação das funções e intenções do MAI, o que demonstra que há todo o interesse em que este movimento se desenvolvesse por forma selvagem e à margem da Administração.



O Secretário de Estado do Ensino Superior e Investigação Científica informou que nos serviços centrais do MEC, para além de algumas actuações positivas, ao nível de política de pessoal, as assembleias de base têm entravado a própria política do pessoal a pretexto de beneficiarem os que estavam mal colocados na hierarquia, não têm conseguido encontrar soluções, e têm impedido a entrada de pessoal de confiança política e profissional para lugares peçados de reaccionários.

O Ministro da Justiça acha que não se deve tomar atitude hostil relativamente a essas comissões.

O problema está nos poderes que elas se arrogam, pois não podem exercer os poderes que pertencem à hierarquia do Estado.

O sindicato é para defender os interesses próprios dos trabalhadores. Há uma diferença relativamente ao que é função do Estado. Deve-se permitir a actuação de comissões pro-sindicais, mas fazer-lhes ver que as suas funções são limitadas.

O Ministro Magalhães Mota acha que há na proposta do LNEC vários pontos que podem talvez tomar-se em consideração.

**SECRETO**

Assim, os relativos à existência e à definição de quais os limites da competência e funções das comissões pro-sindicais poderiam ser estudados pela Secretaria de Estado da Função pública, para elaboração de uma resolução, contendo também regras de designação, de modo a que as comissões sejam representativas.

Quanto à permanência mínima nas funções, a quem compete a nomeação de directores-gerais e equiparados, etc, é matéria do estatuto da função pública, e que como tal deve ser considerada.

A resolução, aprovada, seria transmitida a todos os Ministros.

O Primeiro Ministro perguntou se não poderiam chamar essas comissões para uma reunião no âmbito do Ministério da Administração Interna, ou ao nível de vários Ministérios, onde se lhes explicasse firmemente o ponto de vista do Conselho, em lugar de sair uma resolução ou comunicado nos jornais. Julga que não se deve esquecer que estes movimentos resultam também da desordem mental que existe.

O Ministro Vitor Alves sugeriu que o Ministro da Administração Interna elaborasse uma resolução conforme a proposta do Ministro Magalhães Mota, tratando depois cada Ministro,



no seu âmbito, do problema, de acordo com a regra geral.

O Ministro da Coordenação Interterritorial propôs que se referisse na resolução que se trata de uma medida tomada em relação a todos os Ministérios.

O Ministro Álvaro Cunhal propôs que se definissem princípios rígidos para determinar a representatividade. Acha que é natural que estes movimentos se tenham desenvolvido, visto que não tem havido resposta rápida aos problemas dos trabalhadores da função pública e pensa, por isso, que o problema deve ser considerado com bastante maleabilidade.

O Secretário de Estado da Justiça salientou que a situação dos diversos Ministérios varia. Assim, uma solução muito geral pode provocar problemas em Ministérios onde, como no Ministério da Justiça, por exemplo, eles não existem. Havia, pois, que não generalizar demasiadamente. Propõe que o Ministro da Administração Interna prepare a resolução, que depois se verá se se ajusta aos vários Ministérios.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Subsedi do Primeiro Ministro

SECRETO

-18-

O problema do LNEC ficará integrado nessa resolução. Se possível, a proposta do Ministro da Administração Interna virá a Conselho na 6a. feira próxima.

Quanto ao FFH, aguardou-se a informação das negociações a decorrer entretanto .

O Ministro Magalhães Mota perguntou o que acontecerá aos funcionários implicados nos piquetes.

O Primeiro Ministro acha que, numa 1.ª fase, há que convencê-los a deixar de fazer piquetes. Se isso não resultar, entrar-se-á na fase de processos disciplinares e de saneamento.

Não se pode esquecer a ignorância em que este povo está .

O Ministro da Administração Interna não aceita que no LNEC as pessoas não estejam esclarecidas. Daí achar que se entre imediatamente na 2a. fase.

O Primeiro Ministro pensa que o facto de serem engenheiros não quer dizer que sejam politicamente esclarecidos. Também não admite os piquetes. Mas acha que se devem dar instruções que não sejam só negativas mas positivas também , para



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-19-

que se veja que há na verdade intenção de satisfazer as reivindicações que forem justas.

Se houver reacção de insistência nos piquetes, entrar-se-á então na aplicação das sanções que a lei prevê.

O Ministro Magalhães Mota pensa que, ao nível da função pública, os trabalhadores estão suficientemente esclarecidos.

O Primeiro Ministro acha preferível que se explique e tente resolver o problema pacificamente.

O Ministro da Administração Interna citou um caso em que ter começado pela 2a. fase resultou.

O Ministro Magalhães Mota considera mais importante que a pedagogia sobre os poucos que fazem piquetes, a pedagogia sobre toda a população. Pensa que, para o caso dos piquetes, a instauração do processo é mais adequada e é o mínimo que o Estado pode fazer.

O Secretário de Estado da Justiça pediu atenção para o caso dos juizes que estão a fazer sindicâncias, que não po-



dem ser envolvidos nestas situações, porque a sua actuação como juizes é independente e só respondem perante o Conselho Superior Judiciário.

O Ministro Vitor Alves refeiu haver duas propostas: a do Primeiro Ministro - tentar 1º acabar com os piquetes mediante acção pedagógica; a do Ministro Magalhães Mota - actuar desde logo contra eles disciplinarmente.

O Ministro da Economia lembrou que há casos de piquetes que estão sancionados pelo MFA e que o conflito entre as duas autoridades deve ser evitado.

O Ministro Vitor Alves propôs que se esperasse que o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informasse do resultado das conversações, para não criar esse conflito, reservando-se a decisão até se saber o que foi decidido no fundo.

O Ministro Álvaro Cunhal também tem informação de que as acusações contra o Presidente do Fundo são de ter introduzido disciplina. As pessoas que o informaram estavam



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-21-

satisfeitas com o Presidente . Acharam injusta a posição que foi tomada em relação a ele, não assim em relação a outro oficial. Consideram que as suas exigências em serviço são perfeitamente legítimas.

O Primeiro Ministro lembra que a tradição de trabalho não é nenhuma.

O Ministro Melo Antunes lembrou o problema das sanções, que o Ministro da Administração Interna disse manter-se de pé.

Fundação Cuidar o Futuro

5. Reintegração dos servidores do Estado afastados da função pública por motivos de natureza política.



O Secretário de Estado da Justiça justificou este diploma, cuja 1ª. versão fora elaborada no Ministério da Educação e Cultura, que concordou com a reformulação.

O Ministro da Coordenação Interterritorial concorda com os benefícios da reintegração para a viuva, mas, quanto a filhos, apenas para os menores.

O Secretário de Estado da Justiça referiu que os benefícios da reintegração podem ser de ordem moral e as consequências são apenas aquelas que a lei conferir.

O Ministro da Coordenação Interterritorial achou que se deviam excluir os benefícios materiais.

O Ministro das Finanças também achou que se devia explicitar.

Acrescentou-se " nos termos da legislação aplicável".

6. Casas sobreocupadas.

O Ministro da Coordenação Interterritorial fez algumas



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-23-

críticas ao diploma, que precisava de um tratamneto jurídico mais cuidado.

O Ministro da Administração Interna propôs que este diploma fosse apreciado na próxima 6a. feira, porque se relaciona com outras questões relativas à habitação, que gostaria que fossem abordadas em conjunto.

O Ministro Álvaro Cunhal salientou que uma coisa é a situação dos especuladores, outra a das famílias que fazem sublocação por dificuldades financeiras.

O Ministro Vitor Alves propôs que o Ministro da Administração Interna, o Ministro da Justiça e o Ministro do Equipamento Social e do Ambiente revissem o problema, o Ministro da Coordenação Interterritorial mandasse as suas objecções, e fosse tomada em conta a observação do Ministro Álvaro Cunhal.

O Conselho aceitou a proposta.

O diploma será discutido em nova versão.



7. Nomeações.

- 7.1. Proposta de nomeação para delegado do Governo junto da Renascença Gráfica do Engenheiro José Manuel Ventura Gonçalves Pereira.

A nomeação foi aprovada e terá seguimento logo que seja publicado o decreto em que se fundamentará.

- 7.2. Proposta de nomeação do Dr. Mário Morteira para Vice-Governador do Banco de Portugal.

A proposta foi aprovada e salientada a diferença entre esta situação e as situações anteriores de ex-membros do Governo que assumiram funções deste tipo.

- 7.3. Proposta de nomeação do Dr. José João Pinto Alho para Administrador do BIP.

Esta proposta também foi aprovada.

- 7.4. Proposta de nomeação para o BIP do Dr. Duarte Silva.

O Ministro das Finanças disse que foram levantadas objecções. Mas as averiguações do Ministro da Economia não justificam que não se proceda à nomeação.



Mantem, por isso, a proposta, e pede ao Conselho que se pronuncie.

O Ministro Álvaro Cunhal disse que as suas dúvidas resultam de os delegados do Governo terem também funções políticas muito importantes, ^{pois} são cargos de muito alta responsabilidade e devem ser desempenhados por pessoas com entusiasmo por este processo.

O Ministro da Economia não tem informações sobre a actividade política da pessoa em causa, mas também não tem informações contra. É na perspectiva da competência profissional, as informações são boas.

O Ministro Álvaro Cunhal admite que a sua informação seja errada, mas não retira a dúvida que levantou. Serão recolhidas informações adicionais e decidir-se-á na próxima 6a. feira.

O Ministro do Trabalho salientou que devia haver cuidado quanto à origem das informações.



7.5. Proposta de nomeação do Dr. Antônio Raul Contreiras Machado dos Santos para Administrador da Marconi.

A proposta foi aprovada.

8. INALI

O Ministro da Economia expôs a situação da empresa em referência.

O Ministro da Finanças disse haver muitas empresas em dificuldades no sector da indústria alimentar. Duvida que as razões do Decreto-Lei nº 660/74 se apliquem a este caso, pois se a empresa tiver condições financeiras razoáveis obterá o crédito da CGD.

O Ministro da Economia referiu que há já compromissos no sentido de que o problema se resolverá.

O Ministro Magalhães Mota fez também a história da firma.

O Ministro do Trabalho referiu que esta empresa tem grande



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-27-

implicação em aproveitamento de mão-de-obra e no campo agrícola, além de que produz para exportação.

Se não se tomam medidas, não se aproveitam os campos preparados, as maquinarias que se deterioram, etc., e haverá reflexos negativos no âmbito do emprego. Pensa, pois, que a proposta deve ser encarada nestes aspectos mais globais.

O Ministro Vitor Alves informou que foi feito o estudo completo e a empresa tem viabilidade.

O Ministro Melo Antunes confirmou.

Finalmente, a proposta do Ministro da Economia foi aprovada por maioria.

9. Resolução sobre exposição e afixação de cartazes de propaganda partidária.



A proposta elaborada pelo Ministro Magalhães Mota, na sequência de deliberação tomada em sessão de 30/1/75, foi aprovada com alterações.

10. Habitat e J. Pimenta.

Foi feita uma exposição sobre a situação das empresas do grupo Habitat e J. Pimenta, e informado o Conselho de que está uma comissão de inquérito a colher elementos acerca das suas actividades e detido um responsável da Habitat.

Fundação Cuidar o Futuro

Seguiu-se um período de troca de informações em que intervieram os Ministros da Administração Interna e Magalhães Mota .

10.1. O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu a proposta dos trabalhadores do J. Pimenta.

Não sabe se não seria possível encarar o futuro, pois a empresa tem capacidade executiva, estaleiro modelar, terrenos, pessoal. O que não é viável é funcionar nos termos em que está montada.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO
-29

Talvez se pudesse apagar o passado e caminhar para o futuro com prejuízo de todos os credores.

O Ministro Vitor Alves pensa que essa hipótese só seria de pôr se se previsse uma contrapartida, pois há centenas de credores, possivelmente pequenas poupanças que investiram 30% do valor nos fogos.

A escrita está bem montada. Talvez se pudesse enviar uma circular a todos esses credores, a saber se estão dispostos a pagar o necessário para, com uma administração idónea, salvarem os 30% que já pagaram, ficando com os fogos e prescindindo da remuneração do capital com os 10% que recebiam até aqui.

O Ministro do Trabalho disse que cada caso é um mundo de problemas.

Julga preferível criarem-se empresas públicas de construção onde se recebem os excedentes de mão-de-obra e arranjar um sistema de falência onde o Estado preferiria.

Sempre tem, aliás, insistido nesta posição.

O Ministro das Finanças salientou tratar-se de um problema muito semelhante ao da Torralta, embora talvez menos grave.



É preciso na verdade não ignorar totalmente a reacção que pode provocar nos emigrantes deixar que as suas poupaças sejam totalmente perdidas.

Embora com sacrifício financeiro, pensa que este problema deve ser encarado.

Talvez se pudesse emitir títulos da dívida pública amortizáveis em determinado prazo, estudando este problema em paralelo com o da Torralta.

O Ministro Magalhães Mota também acha que se deve dar confiança aos emigrantes.

No entanto, este tipo de intervenções deve ser efectuado em condições diferentes das anteriores.

Valia a pena impor sacrifícios às empresas em relação às quais se faz este tipo de intervenções. Se a alternativa é a falência, estão em condições de suportar o menor encargo possível.

Devia deixar de haver juro e dividendos, intervindo-se também em relação às remunerações pagas numa empresa nestas condições, recebendo os técnicos como os do sector público e o restante pessoal vencimentos mais reduzidos, porque houve uma intervenção estadual. E acha que a redução deve ser feita já para a AC.



O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou que o caderno reivindicativo dos trabalhadores preconiza cortes nos vencimentos do pessoal dirigente, reduções nos vencimentos, mas para permitir aumentos às classes pior remuneradas.

Quanto à AC, disse haver compromissos com os trabalhadores.

O Ministro Vitor Alves referiu que, não havendo trabalho, se vão para o desemprego, receberão apenas o subsídio de desemprego, para salientar as desigualdades que assim se criam na sociedade portuguesa.

O Ministro das Finanças disse que a proposta está prevista em diploma a discutir. Quanto aos vencimentos, pensa que realmente nada justifica que se pague acima do mínimo estabelecido no contrato colectivo.

Não se pode, na verdade, admitir que uns indivíduos vivam à custa da comunidade prejudicando outros.

O Ministro Vitor Alves pensa que, no mínimo, as posições devem ser tomadas ao nível estatal, o que até talvez tenha efeitos da dissuasão.



A discussão continuou.

O Ministro das Finanças pensa que é mais realista decidir pelo nível do contrato colectivo, e mesmo assim vai haver reacção. Podia ser uma solução menor nº de dias de trabalho por semana.

O juro, fixado caso por caso, até podia ser ao nível zero.

O Ministro Magalhães Mota disse ser esse o nível da sua proposta.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Álvaro Cunhal acha que o Governo deve ter grande cautela na tomada de medidas que possam piorar a situação dos trabalhadores. O aumento de preços vai provocar situações graves no plano social, que estão a ser aproveitadas pelas forças reaccionárias para provocar descontentamento. Se se tomarem medidas muito drásticas, pode-se agravar a situação democrática do País. A campanha responsabilizando o Governo pela alta de preços pode ter influência em muitas camadas.

Não é altura de jogar forte em problemas sociais.



O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente informou que os nomes indicados para a comissão administrativa fizeram parte da comissão de inquérito e que, se a proposta for aprovada, chamará os trabalhadores.

Acha que se devia arranjar um gestor de alto nível.

O Ministro da Economia referiu ter interpretado a proposta no sentido de poderem ser designados mais dois membros além dos cinco nomeados pelo Governo.

O Ministro das Finanças, quanto aos juros, pensa que a decisão deve ser tomada mais tarde, conjuntamente com a relativa à Torralta, com o que concordou o Ministro do Equipamento Social, que referiu que convem ter a noção exacta da situação financeira da empresa.

O Ministro da Economia referiu estar a criar-se uma injustiça relativamente aos outros casos anteriormente contemplados.

Os Ministros Vitor Alves e Magalhães Mota disseram que os outros casos vão ser revistos, chamando-se primeiro os trabalhadores para lhes explicar a situação.



O Ministro da Coordenação Interterritorial pensa que se poderia acompanhar estas medidas de outras no sentido de animar a construção.

A proposta do MESA foi aprovada com aditamento da proposta do Ministro Magalhães Mota, referindo-se na resolução que o pagamento dos juros será suspenso até à apresentação do relatório.

O Ministro do Trabalho disse que deve ser considerada a possibilidade de estruturar esta empresa de maneira a vira absorver o excedente de mão-de-obra e equipamentos provenientes de outras futuramente em dificuldades.

O Ministro Melo Antunes disse não saber se é possível garantir o ponto 6 da proposta - assegurar a celebração dos contratos da empreitada de obras públicas em cujo concurso a empresa ficou em posição de a obra lhe ser adjudicada.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente entrará em contacto com o Secretário de Estado do Planeamento Económico



para se informar sobre se estão em causa os fogos que levantaram a dúvida do Ministro Melo Antunes.

- 10.2 O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente apresentou duas propostas relativamente à Habitat, das quais lhe parece preferível a referida como "alternativa", que o Conselho aprovou, com a garantia de que a empresa funcionará por 30 dias, enquanto se elabora o relatório.

11. Saneamento da Função Pública.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Vitor Alves propôs que se discutissem apenas os pontos fundamentais das alterações introduzidas em Conselho de Estado.

O Ministro da Justiça salientou o facto de ter havido já aposentações e transferências que só se manterão se a lei o disser.

O Conselho concordou que se acrescentasse uma disposição final no sentido de que se mantenham as medidas tomadas ao abrigo da legislação anterior.



SECRETO

O Conselho deliberou ressaltar do nº 3 do artigo 1º deste diploma (nomeação das comissões pelo Governo) o disposto no artigo 1º do diploma da J.S.N., que prevê que essas comissões possam ser presididas por oficiais das Forças Armadas nomeados pela J.S.N.

Quanto ao mais, foram aceites as alterações introduzidas em Conselho de Estado, considerando-se o diploma aprovado, com recomendação ao Ministro da Administração Interna de que elaborasse o diploma relativo ao saneamento por conveniência de serviço.

12. *Fundação Cuidar o Futuro*
Associações Patronais.

O diploma teve alterações em Conselho de Estado.

Sob proposta do Ministro Magalhães Mota, o Conselho deliberou eliminar os dois últimos considerandos do preâmbulo.

O Ministro do Trabalho ouviu as associações patronais mais representativas, que levantaram, quanto ao artigo 4º, o problema de estarem filiadas em vários organismos e a proibição constante deste artigo poder trazer implicações negativas.



Discutido este problema em intervenções dos Ministros Magalhães Mota, da Coordenação Interterritorial, Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, Ministro da Justiça, Ministro Álvaro Cunhal, Ministro das Finanças, do Trabalho e Melo Antunes, foi sugerido pelo Ministro da Justiça que os Ministros interessados arranjassem uma solução que cobrisse os riscos políticos salvaguardando as vantagens económicas, ou se mantivesse o princípio, prevendo a possibilidade de filiação com autorização do Ministro do Trabalho, proposta esta que o Conselho aprovou.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro Melo Antunes referiu que o nº 2 do artigo 5º só faria sentido se o artigo 4º ficasse como estava.

O Ministro do Trabalho propôs a eliminação da última parte do nº 2 do artigo 5º, com o que o Conselho concordou.

Os Ministros da Economia e Magalhães Mota acham preferível a redacção anterior do artigo 1º, com o que o Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, do ponto de vista formal, concordou, tendo o Ministro Magalhães Mota proposto a substituição do nº 1 do artigo 1º pelos nºs 1 e 2 da versão



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-38-

SECRETO

anterior.

Depois do debate em que intervieram os Ministros da Coordenação Interterritorial, Álvaro Cunhal, da Economia, do Trabalho e Magalhães Mota, o Conselho deliberou suprimir o nº2 do artigo 16º e repor o artigo 16º da versão anterior.

O artigo 18º foi também suprimido, sob proposta do Ministro Magalhães Mota, que informou ter sido já revogado o Decreto-Lei cuja revogação esse artigo previa.

O Ministro do Trabalho porã ao Conselho de Estado o problema das alterações votadas em Conselho de Ministros aos artigos 1º nº 1, 4º, 5º nº2, 16º nº 2, e 18º.

Fundação Cuidar o Futuro



13. Práticas Comerciais Restritivas.

O Ministro da Economia referiu que este projecto tem em vista definir novos termos a disciplina da concorrência no sentido de evitar práticas comerciais restritivas e abusos por parte das empresas com posição predominante no mercado.

Referiu que parte substancial do diploma, a disciplina, consta do 1º capítulo.

O 2º capítulo refere-se aos órgãos e ao processo de defesa contra aquelas práticas e abusos e está a ser revisto de forma a integrar a competência da Direcção-Geral do Comércio Interno. Apresentá-lo-ã depois.

Pede, por isso, ao Conselho, que se debruce apenas sobre o 1º capítulo.

Disse que esta matéria, de execução difícil, tem sido discutida por organismos internacionais, e os técnicos que o elaboraram estão em dia com o que se tem feito nos outros países europeus.

O Ministro Álvaro Cunhal acha difícil separar a 1a. da 2a. parte.



Quanto aos organismos a quem cabe intervir neste processo, salientou o facto de serem chamados a dar parecer aqueles que têm tendência a aumentar os preços ficando de fora aqueles que têm mais tendência para os controlar. A composição da comissão da defesa da concorrência é bastante burocrática, muito semelhante à antiga Comissão Nacional dos Preços. Acha que não é talvez a mais indicada. A parte das competências levantou-lhe sérias dúvidas. Admite que as duas partes se possam desligar. Mas pensa que seria melhor apreciá-las em conjunto.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Economia disse ter sido seguido o modelo usado em alguns países, de entregar esta competência a órgãos jurisdicionais.

Pensou que, aprovada a parte normativa, a parte orgânica lhe seria depois adaptada.

Mas se o Conselho entende que o diploma deve ser visto em globo, insistirá para que a 2a. parte seja completada rapidamente.

Na sequência de uma proposta do Ministro Melo Antunes, ficou assente que o diploma, logo que possível, será apreciado no Conselho Económico e Social.



14. Providências Processuais, Cautelares e Penais relativas às empresas abrangidas pelos Decretos-Leis nºs 540-A/74 e 660/74.

O Ministro da Economia disse que este diploma substitui outro e resulta da experiência das pessoas que têm estado no BIP e na Torralta.

O Ministro Magalhães Mota, relativamente à generalidade, fez críticas quanto à concessão de privilégios em termos que podem provocar reacções em cadeia. Além disso, a intervenção pode diferir no tempo a verificação de casos nítidos.

Quanto ao 2º tipo de medidas, não sabe se generalizar intervenções administrativas não levará as pessoas, a partir de certa altura, a não quererem gerir.

Acha que estes pontos devem ser ponderados, para que o diploma não traga mais inconvenientes do que vantagens.

O Ministro das Finanças justificou o diploma.

O Ministro da Economia referiu que a ideia de suspender a execução é dar tempo a que se estude a situação.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-42-

O Ministro do Trabalho salientou que os casos de intervenção do Estado apresentam formas e implicações tão diversas quer directas quer quanto a terceiros, que é difícil que uma regulamentação geral possa contemplar a todos. Assim, parece-lhe que, para poder ser absorvido o excedente da mão-de-obra e simultaneamente estruturada a economia nacional em moldes diferentes, a regulamentação devia ser feita de outra forma.

As condições estão de tal maneira determinadas sob todos os aspectos quando o Estado vai tomar conta das empresas, que se acabará por cair numa situação económica altamente negativa e que pode trazer consequências muito graves.

Vai trazer uma relação das empresas relativamente às quais tem informação de que estão em situação semelhante à daquelas em que têm sido feitas intervenções.

Por parte dos trabalhadores também se sente falta de iniciativa porque não veem o rendimento do seu trabalho.

Há que encarar este problema globalmente.

O Ministro das Finanças, quanto aos gestores, disse que o diploma é duro porque as circunstâncias o requerem.



Passando à especialidade, foi feita uma análise em que intervieram os Ministros da Coordenação Interterritorial, Magalhães Mota, do Trabalho, Melo Antunes, da Justiça e o Primeiro Ministro, com crítica de alguns pontos que serão tida em conta na elaboração, pelo Ministro da Coordenação Interterritorial, da nova versão que será discutida em próxima reunião do Conselho.

Aprovado na generalidade, o diploma será apreciado na especialidade, na sua forma definitiva, o mais brevemente possível.

Fundação Cuidar o Futuro

15. Soda-Póvoa.

O Ministro da Economia informou que na Sede da Soda-Povoá estavam sequestrados administradores e na fábrica directores, entre os quais cidadãos não portugueses e que a embaixada do seu País pediu que fossem libertados. Pediu intervenção nesse sentido.

Mais tarde o Ministro da Defesa Nacional informou que o problema se tinha resolvido amigavelmente.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-44-

16. O Ministro da Comunicação Social leu um comunicado sobre um artigo publicado no jornal a Capital que punha em causa membros do Governo, comunicado esse que o Conselho aprovou com algumas alterações.

Fundação Cuidar o Futuro



17. Planos de exploração.

A iniciar a discussão, o Subsecretário de Estado do Ambiente salientou que os planos de micro-economia agrária não se podem estabelecer antes de existirem os planos de macro-economia.

Fez desde logo várias críticas que repetiu ao longo de toda a discussão, referindo que estes planos, se não forem suficientemente aprofundados, não têm qualquer valor.

Fundação Cuidar o Futuro

O Secretário de Estado da Agricultura disse que os pontos criticados resultam da carência de estruturas.

Propôs a introdução no preâmbulo de um texto que vai ao encontro do pensamento do Subsecretário de Estado do Ambiente e respondeu às objecções apresentadas.

O Subsecretário de Estado do Ambiente pensa que o que é preciso é ordenar as melhores terras de cultura para melhorar a produtividade deste País.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-46-

O Ministro Melo Antunes pensa que se devia fazer um esforço grande de organização dos serviços para ordenamento do território, tendo em vista a reforma agrária. Este diploma tem intenção limitada. Há porém, que pô-lo em execução, fazendo entretanto estudos de fundo.

O Subsecretário de Estado do Ambiente considera grave que os serviços tenham de aprovar coisas que não estão em condições de apreciar.

O Ministro Melo Antunes pensa que talvez começando empiricamente por soluções deste tipo, sabendo que são limitadas no tempo e no seu conceito, se possa a curto prazo, que pode ser de um ano, ir para algo de mais profundo.

O Ministro da Economia julga que este diploma tem uma função pedagógica.

O Secretário de Estado da Agricultura pensa que é uma forma de atacar o planeamento e que é urgente, tanto mais que os problemas não são só de ordem económica mas também social.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-47-

Depois de várias intervenções, o Ministro Magalhães Mota disse reconhecer que, na verdade, ou há um esquema planeado, ou a acção do IRA é realmente de registo e carimbo, podendo cair-se em qualquer coisa de semelhante ao que era o condicionamento industrial.

O Secretário de Estado da Agricultura reafirmou que não existem ainda meios que permitam estabelecer o planeamento desejável.

Fundação Cuidar o Futuro

O Subsecretário de Estado do Ambiente acha que nesse caso esta lei é inútil.

O Ministro Vitor Alves reconheceu a necessidade de fazer os estudos referidos, mas também a urgência de publicar esta lei.

O Ministro Álvaro Cunhal disse que há situações muito urgentes a que este decreto, embora aproximado, pode dar uma resposta.



Passou-se à apreciação do articulado.

Artigo 1º

Sob proposta do Ministro Magalhães Mota, tendo em conta as observações do Subsecretário de Estado do Ambiente, aceitou-se referir neste artigo que as normas do Secretário de Estado da Agricultura visarão à sistematização do plano de exploração, às condições necessárias ao adequado aproveitamento económico e social das explorações e à valorização do fundo de fertilidade.

Quanto à alínea a) do nº 1, depois de posto pelo Subsecretário de Estado do Ambiente o problema da definição de uma área regional, que o Secretário de Estado da Agricultura disse não ser possível neste momento para todo o País, foi aprovada a proposta do Ministro Melo Antunes no sentido da redução da área limite estabelecida nesta alínea, cuja fixação o Secretário de Estado da Agricultura disse ter resultado de o diploma abranger principalmente o Alentejo e o Ribatejo, e que, ouvido o Subsecretário de Estado do Ambiente, o Conselho aceitou que ficasse em 300 ha.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-49-

Na alínea b), o rendimento líquido igual ou superior a 1000 contos foi substituído por rendimento bruto igual ou superior a 1500 contos.

A alínea c) não teve objecções.

O nº 2 também não teve objecções.

O nº 3 manteve-se.

Foi acrescentado um novo nº (nº4), sob proposta do Secretário de Estado da Agricultura, nos seguintes termos:

"Os planos de exploração deverão ser elaborados e executados de acordo com as normas e directrizes que vierem a ser fixadas, por cada região, de harmonia com o plano de ordenamento agrário do território".

Artigo 2º

Acerca deste artigo pronunciaram-se os Ministros Melo Antunes e Magalhães Mota, mas o Secretário de Estado da Agricultura justificou o preceito, que não foi alterado.

Artigo 3º

No nº1 prever-se-á que os empresários terão de cumprir as



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-50-

obrigações a que se refere a alínea a) do artigo 2º, no prazo de 120 dias a contar da data da publicação de portaria referida no artigo 1º.

Acrescentar-se-ã a este artigo que a exigência dos planos de exploração pelo IRA se fará através dos serviços regionais, que obrigatoriamente darão o seu parecer.

Artigo 4º

No nº 1 fixou-se o prazo de 60 dias para a actuação do IRA.

Fundação Cuidar o Futuro

Artigo 5º

Para o nº 2 seguiu-se o esquema da proposta do Ministro Magalhães Mota, acrescentando-se que sempre que haja arrendamento compulsivo parcial o empresário poderá requerer que o arrendamento seja total.

Artigo 6º

O Ministro Melo Antunes acha que o diploma sobre planos de exploração devia acabar no artigo 6º, passando os artigos seguintes para um diploma sobre expropriação. Parece-lhe que seria mais correcto transformar este diploma em dois.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-51-

O Ministro Magalhães Mota também acha que a inclusão da matéria de expropriação neste diploma pode confundir o próprio âmbito de aplicação do diploma relativo aos planos de exploração.

O Subsecretário de Estado do Ambiente acha que há neste projecto matéria para tres diplomas:

" exploração e abandono da terra"; "planos de exploração"; "expropriação".

O Ministro da Economia lembrou que se prevê que a expropriação e o arrendamento compulsivo sejam objecto doutro diploma.

O Secretário de Estado da Agricultura referiu que o que está previsto é a exigência da exploração e que, quando essa exigência não seja satisfeita, possa haver arrendamento compulsivo ou expropriação.

O Ministro Magalhães Mota disse que, como não há regulamentação, o diploma vai ser criticado por só em parte estar em vigor.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-52-

As expropriações, de qualquer modo, ficam paradas.

Mas escusava o diploma dos planos de exploração de ser ar-
rastado.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que o artigo 6º se deve manter.

O Primeiro Ministro disse que o que é preciso é que as nor-
mas regulamentares saiam também depressa.

Procurar-se-ã melhorar a redacção. s

Fundação Cuidar o Futuro

O Subsecretário de Estado do Ambiente insistiu nos inconve-
nientes que entende resultarem deste diploma.

O Secretário de Estado da Agricultura reafirmou que tem sem-
pre havido o cuidado de que a terra seja cultivada racional-
mente segundo os meios de que se dispõe.

O proprietário pode não ter esse cuidado, mas disso não é
a Secretaria de Estado da Agricultura responsável.

O que há é situações reais de abandono em que os próprios
agricultores acham que o Estado usa de uma brandura que não
devia ter.

O artigo 6º procura precisamente dar resposta a essa preo-
cupação.



O Subsecretário de Estado do Ambiente só tem medo de que os serviços, por erro do legislador, em vez de provocarem um resultado, provoquem outro, pois acha que, se não se fizer um estudo de intensificação a sério, não há reforma agrária que prevaleça.

O Ministro Álvaro Cunhal pensa que há sempre de proceder a esse estudo.

O Ministro Magalhães Mota disse terem sido já anuladas algumas das observações formuladas com vista a planos futuros. Pensa que a mesma orientação se podia aplicar a este diploma legal.

Artigos 7º 3º e 9º

Ter-se-ã em conta a conformidade com o que se aprovou para a lei do arrendamento rural.

Artigo 10º

Não teve objecções.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-54-

Artigo 11º

Seguir-se-ã a ordem votada para a lei do arrendamento rural.

Artigo 12º

O Ministro Magalhães Mota pensa que será preferível atribuir a competência só ao IRA em colaboração com os outros organismos.

Artigo 13º

Foi eliminada a parte relativa à resolução das dúvidas, por proposta do Ministro Magalhães Mota.

Artigo 14º

Substituiu-se "diploma" por "decreto".

Artigo 15º

Não teve objecções.

Fundação Cuidar o Futuro



O Ministro Magalhães Mota gostaria de ter informação quanto a encargos previstos.

O Ministro da Educação e Cultura disse que as inscrições que existem são entre 5000 e 6000, algumas de trabalhadores. Pelo correio foram pedidas 14 000.

Prevê-se que venham a ser 10000.

A média da despesa, se todos saíssem do sítio onde vivem, seria de 3 500\$00 por indivíduo deslocado por mês. Prevê-se um serviço de seis meses.

Para diminuir esses encargos, procura-se o mínimo de deslocações do local da residência.

As verbas não estavam inscritas no orçamento do MEC.

O enquadramento tem de ser feito pelos vários Ministérios.

Enumerou varios projectos que já existem.

fezendo

A aprendizagem profissional é com o Ministério do Trabalho.

A estrutura montada tem uma comissão coordenadora superintendendo em 5 delegações regionais e uma comissão interministerial.

As dificuldades na montagem da estrutura resultam de não ter havido apoio tão forte como seria de esperar.

Vai pôr um indivíduo do serviço cívico a montar esta estrutura, semo que o serviço cívico pode perigar. Mas é necessário



o apoio das forças militares.

Já tem instalação para as comissões. Só falta o mobiliário. É preciso nomear alguém para orientar as delegações.

O apoio sanitário está pedido à Secretaria de Estado de Saude e ao Ministério da Defesa Nacional.

Pede meios de comunicação urgentes à parte militar.

O apoio financeiro só depois do decreto estudado poderá ser tratado com o Ministro das Finanças.

O Secretário de Estado dos Transportes arranjará transportes públicos gratuitos e talvez 50% de desconto nos não públicos. Pensa que onde há a alimentação nas messes poderá fazer baixar o custo de 100\$00 por indivíduo e por dia. Pretende arrancar no dia 10 com a parte de medicina. Com os apoios que referiu, pensa que se poderá montar um serviço, não modelar, mas que proporcionará experiência para o futuro.

Até à data estão a trabalhar no serviço cívico 14 pessoas cheias de boa vontade, mas isso não chega. Um dos regulamentos disciplinares já está feito.

O Ministro Melo Antunes sugeriu que se começasse por chamar o nº de estudantes que se considera necessário para a montagem de todo o sistema.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-58-

O Ministro da Educação e Cultura disse precisar de pessoas mais especializadas.

O Ministro Melo Antunes pensa que pode haver estudantes preparados.

O Primeiro Ministro concorda com esta ideia.

O Ministro da Educação e Cultura disse que, na Administração Militar, há muitos oficiais milicianos que poderiam ajudar. Já há algumas instalações à disposição do serviço cívico, mas não em todas as delegações.

O que pretende é que o indivíduo que for aos Ministérios tratar do serviço cívico seja atendido.

Respondendo aos Ministros Melo Antunes e das Finanças, o Ministro da Educação e Cultura disse que as verbas disponíveis por não ter havido o 1º ano não chegam, conforme o Ministro das Finanças já verificou, tanto mais que os professores ganham, embora não deem aulas, pois pertencem a quadros.

Quanto aos assistentes com contratos eventuais, só agora o



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

SECRETO

-59-

MEC está a ter controle dos professores que existem e nem sequer se sabia se havia verba para lhes pagar.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente referiu a impossibilidade de ter escolas prontas em tempo devido, porque os trabalhadores arrastam as obras com medo do desemprego.

O Ministro da Educação e Cultura perguntou se havia a possibilidade de contacto com um técnico do Ministério da Finanças, para ver se se encontravam edifícios, pois o MEC sente-se pequeno para suportar 10000 indivíduos, sobretudo se vierem com a finalidade de boicotar.

O Ministro Magalhães Mota tem dúvidas sobre esta improvisação não vai mesmo pôr em causa a ideia do serviço cívico.

O Ministro Melo Antunes referiu ser uma aposta que se fez de início, cheia de erros e dificuldades, mas que pode dar uma boa base, um princípio para a conjugação do trabalho intelectual e manual.



O Ministro da Educação e Cultura referiu certos aspectos da situação que se prevê para o ano que vem, e recordou que, quanto ao serviço cívico, a ideia é que continue e se estenda a todos os anos e a outras classes.

Quanto aos sete diplomas regulamentares, resultam apenas de se começar tarde com uma tarefa muito pesada.

O Ministro do Equipamento Social e do Ambiente disse que é preciso um apoio decidido, pelo menos do Estado Maior do Exército.

Fundação Cuidar o Futuro
O Primeiro Ministro pensa que há também que confiar nas pessoas que vão para o serviço cívico e estimular a sua criatividade.

O que é preciso é que os diversos departamentos do Estado o apoiem e utilizem desde já gente que vá para o serviço cívico nos serviços organizativos.

Não se pode ser paternalista ou esquecer que este deve ser um serviço democrático.

O Ministro da Educação e Cultura concordou, reafirmando a necessidade de apoio.



O Ministro Magalhães Mota perguntou se não se pode reduzir as verbas.

O Ministro Melo Antunes pensa que o Estado Maior do Exército poderá ajudar.

O Ministro da Defesa Nacional disse que a Defesa Nacional, por princípio, quer evitar o mais possível misturar as Forças Armadas com o serviço cívico.

O Ministro Melo Antunes perguntou se se tinha previsto a hipótese de o serviço cívico também ser feito nas colónias.

O Ministro da Educação e Cultura disse que sim, que acharia ótimo, mas que, dada a dificuldade sentida aqui, pensa que não será exequível, além de que a nossa situação social ainda não está preparada para isso.

O Ministro Melo Antunes referiu que a falta de apoio do exército faz diminuir muito as possibilidades.

O Ministro Magalhães Mota, quanto a verbas, lembrou que a um desempregado se dá 1 650\$00 e os estudantes não trabalhadores



são normalmente sustentados pelos familiares.

O Ministro da Educação e Cultura disse que não se lhes garante dinheiro, mas apenas transportes e alojamento.

O Secretário de Estado da Saude perguntou se aqueles que vão utilizar transportes estão cobertos pelo seguro, e se não se poderia encarar a hipótese de uma Companhia de Seguros do próprio Estado.

O Ministro da Comunicação Social perguntou se se tinha pensado na relação entre o serviço cívico e a dinamização cultural.

O Ministro da Educação e Cultura disse que tinha havido contactos, mas continua a haver a ideia de serem duas coisas distintas.

O Primeiro Ministro propôs que os decretos regulamentares fossem elaborados com a colaboração das juventudes dos partidos.



O Ministro da Educação e Cultura referiu que só houve apoio de dois grupos e que todos os outros têm sido contrários. Julga que isso resultou da maneira como o problema foi posto.

O Primeiro Ministro referiu que o PPD até tem o serviço cívico no seu programa.

O Ministro Magalhães Mota disse que a juventude não o aceitou porque não sabe como vai ser o serviço cívico, dada a indefinição do diploma.

Fundação Cuidar o Futuro

O Ministro da Educação e Cultura concordou em reunir com os vários partidos.

O Primeiro Ministro acha que se podia instituir a participação activa com o MEC das juventudes e juristas dos tres partidos da coligação na elaboração deste diploma.

O Ministro Melo Antunes propos que se remetesse o diploma para estudo com os representantes dos Partidos. Pela sua parte, aprova-o tal como está.



SECRETO

O Primeiro Ministro também.

O Ministro da Administração Interna lembrou estar em aberto o problema da dependência, e pensa que a ligação do MEC à Presidência do Conselho facilitava os aspectos da coordenação.

O Ministro Álvaro Cunhal também acha essencial que nas iniciativas estejam os próprios estudantes.

O Ministro da Educação e Cultura disse que têm sido aproveitados todos os projectos apresentados por alunos.

O Ministro Álvaro Cunhal referiu que a igualdade de circunstâncias, se se refere a igual classificação, não será aceite.

O Ministro da Educação e Cultura disse que se pensa dar um grande peso ao serviço cívico para a entrada na universidade.

O Ministro Mgalhães Mota referiu que o serviço cívico, a ser de prioridade absoluta, passa a obrigatório, e se votou que era voluntário.



O Ministro Melo Antunes considera urgente a fixação dos critérios e a questão levantada pelo Ministro Álvaro Cunhal parece-lhe importante.

Acha que o serviço cívico devia ser um entre os factores a considerar desde que os alunos estivessem em condições de ter sido considerados aptos independentemente da classificação obtida.

O Primeiro Ministro reafirmou que é preciso esclarecer.

O Ministro Magalhães Mota disse que o problema que a juventude do PSD põe é a indeterminação deste e outros pontos do diploma.

O Ministro Melo Antunes disse que também os jovens que ele ouve o põem. É pois urgente a regulamentação.

O Primeiro Ministro propõe que se estabeleça um prazo para se definirem esses pontos com clareza, quanto antes e com a ajuda dos Partidos.

O Ministro Álvaro Cunhal acha que se devem juntar todos os partidos e todos os seus jovens.



PRESIDÊNCIA DO CONSELHO DE MINISTROS

Gabinete do Primeiro Ministro

-66-

SECRETO

O Primeiro Ministro disse que, quanto ao serviço militar, se assumiu o compromisso de que a correspondência era de mês a mês.

A discussão na especialidade será, pois, feita com os partidos. Para o ano em curso a entidade superior responsável pelo Serviço Cívico Estudantil é o Ministério da Educação e Cultura.

O Conselho aprovou o diploma na generalidade.

19. Decreto-Lei que estabelece normas definidoras da organização dos processos respeitantes a empréstimos e subsídios às autarquias locais.

O Ministro das Finanças justificou a necessidade deste diploma e a urgência na sua publicação.

O Conselho aprovou-o.

Fundação Cuidar o Futuro